

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-09-10

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Bahamonde, R. (2023). Aprendizagem colaborativa e cooperativa no ensino do direito: Uma experiência prática. In Joana Alexandre, Alexandre Almeida, Ana Espírito-Santo, Ana Lúcia Martins, Cecília Aguiar, Nádia Simões (Ed.), *Exemplos de práticas pedagógicas e estratégias de inovação pedagógica no Iscte*. (pp. 120-130).: Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Further information on publisher's website:

https://www.iscte-iul.pt/assets/files/2023/11/27/1701099834184_exemplos_de_praticas_pedagogicas_e_estrategias_de_inovacao_pedagogica_ebook.pdf

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Bahamonde, R. (2023). Aprendizagem colaborativa e cooperativa no ensino do direito: Uma experiência prática. In Joana Alexandre, Alexandre Almeida, Ana Espírito-Santo, Ana Lúcia Martins, Cecília Aguiar, Nádia Simões (Ed.), *Exemplos de práticas pedagógicas e estratégias de inovação pedagógica no Iscte*. (pp. 120-130).: Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.



**APRENDIZAGEM COLABORATIVA E COOPERATIVA
NO ENSINO DO DIREITO. UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA**

Ruben Bahamonde (ruben.bahamonde@iscte-iul.pt)

RESUMO

Os métodos pedagógicos utilizados tradicionalmente na área do Direito centram-se em grande medida em aulas/sessões magistrais eminentemente expositivas que, nalgumas situações, são acompanhadas de aulas práticas em que os discentes são desafiados a utilizar os conceitos ministrados para a resolução de situações práticas concretas. Esta metodologia situa o discente numa posição passiva/reactiva no processo de ensino sem incentivar o processo de aprendizagem. No contexto dos cursos de Direito, esta metodologia além de ter muito arraigo, adequa-se em grande medida à formatação do perfil dos alunos em geral, principalmente de letras, e habituados a um desenvolvimento conceitual mais abstrato, do que sucede nos cursos de carácter mais prático, nomeadamente de gestão ou marketing. Assim, no leccionamento das áreas do Direito mais relacionadas com o curso de gestão ou marketing, como possam ser Noções Fundamentais do Direito, Direito Comercial ou Direito das Sociedades Comerciais é desejável uma adequação das suas metodologias ao perfil específico dos seus alunos, de uma forma mais premente do que acontece nos cursos jurídicos. Nesta sequência, o presente trabalho pretende apresentar a metodologia pedagógica que será utilizada na Unidade Curricular Enquadramento Legal das Pessoas Colectivas* para os alunos da Licenciatura em Tecnologias Digitais e Gestão. Concretamente, a proposta apresentada assenta na delimitação de objetivos de aprendizagem essencial alcançada através da conjugação da personificação do processo de aprendizagem com metodologias cooperativas e colaborativas auxiliadas por intervenções expositivas do docente, assim como da condução deste, do processo de aprendizagem dos discentes. A avaliação será adequada à metodologia pedagógica.

* O presente texto está redigido em conformidade com o antigo acordo ortográfico.

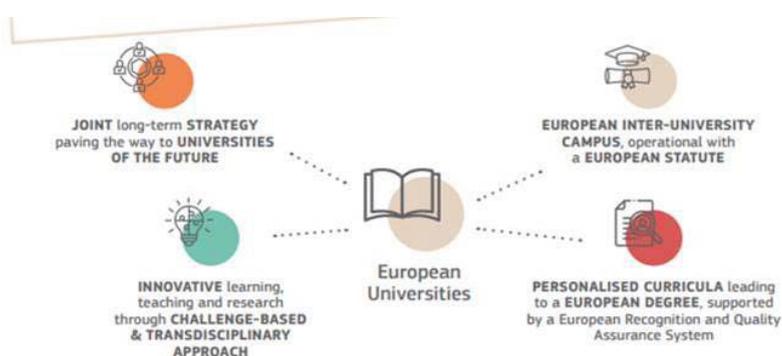
PALAVRAS-CHAVE: Métodos pedagógicos; Resolução de problemas práticos; Direito.

1. O CONTEXTO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DA UC

A Unidade Curricular lecionada designa-se Enquadramento Legal das Pessoas Colectivas e insere-se no programa curricular da licenciatura em Tecnologias Digitais e Gestão do Iscte-Sintra, Escola de Tecnologias Aplicadas, Iscte-Sintra. A licenciatura em Tecnologias Digitais e Gestão é um curso de aprovação recente pela A3ES sendo o seu primeiro ano de funcionamento o curso 2022/2023. A estratégia adotada para o posicionamento dos cursos lecionados pelo Iscte-Sintra foca-se numa abordagem eminentemente prática, com uma estreita ligação entre o tecido empresarial da região de Sintra e as diversas áreas deste tecido empresarial no domínio das tecnologias digitais. Assim, existe uma preferência pedagógica institucional pelo fomento de um processo de ensino/aprendizagem focado no *"learning by doing"*, e uma redução do peso do leccionamento que implique um papel passivo por parte dos estudantes. Adicionalmente, é encorajada a adaptação das tarefas e actividades dos estudantes à realidade empresarial, especificamente desde o ponto de vista das tecnologias digitais.

Neste contexto, a base de aprendizagem institucional centra-se na resolução de problemas (*problem-based learning - PBL*), na qual o estudante desempenha um papel fundamental no seu desenvolvimento. O PBL, caracteriza-se pela utilização de problemas reais (ou realistas) como ponto de partida do processo de aprendizagem, que se desenvolve de forma muito autónoma em pequenos grupos, sendo todo o processo orientado por um tutor que atua como guia e não como ponto de transferência de conhecimento. O papel central e ativo do aluno é incentivado pelo estudo autónomo e o debate com os colegas de grupo, tornando-se peças centrais no processo de aprendizagem. Como vantagens mais relevantes do PBL salienta-se a promoção da aprendizagem ativa, construtiva, contextual, cooperativa e direccionada para objectivos concretos e relevante para os estudantes, para a sociedade e para as empresas.

No contexto PBL, os alunos são confrontados com problemas que não estão perfeitamente estruturados e não são passíveis de uma resposta única para melhor reflectir as situações do mundo real. Trabalhando em grupos, os estudantes identificam aquilo que já sabem, o que precisam de saber, e como e onde podem ter acesso a nova informação que possa conduzir à resolução do problema. Este posicionamento institucional está alinhado com a European Skills Agenda For Sustainable Competitiveness, Social Fairness and Resilience. Com efeito, o documento salienta o papel central das universidades para gerar conhecimento avançado e desenvolver as competências que ajudam a inovar e a lidar com os grandes desafios da sociedade. A universidade empodera os estudantes com elevados níveis de competências que lhes permitem acelerar o seu desenvolvimento social e profissional, e para este efeito, é proposto um modelo de aprendizagem baseado em desafios, tal como sucede no PBL.



<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1223&langId=en>

2. DESCRIÇÃO DA UNIDADE CURRICULAR

A UC Enquadramento Legal das Pessoas Colectivas é uma unidade curricular da área científica do Direito, em que se pretende dotar os alunos do primeiro ano da licenciatura em Tecnologias Digitais e Gestão de bases sólidas e abrangentes da realidade jurídica subjacente ao contexto da gestão empresarial, com um direccionamento para o sector de actividade das tecnologias digitais.

A UC tem uma carga horária semanal de 3h durante o período de doze semanas e tem como objectivo o desenvolvimento do seguinte programa:

1 Semana - O Direito e os seus fundamentos constitucionais.

2 Semana - Fontes do Direito e sujeitos de direito (Personalidade e capacidade jurídica)

3 Semana - Pessoas Colectivas e outras figuras de organização empresarial.

4 Semana - Património, propriedade, responsabilidade e o contrato.

5 Semana - Direitos de Autor e Propriedade Industrial.

6 Semana - Transferência de Tecnologia (*Letter Of Intention, Non Disclosure Agreements e Memorandum Of Understanding*).

7 Semana - Sociedades Comerciais, características e tipologias.

8 Semana - Direitos e Obrigações dos sócios.

9 Semana - Os órgãos das sociedades comerciais.

10 Semana - Fusões, cisões e transformações (*Due Diligence*).

11 Semana - Governança, ética e *compliance*.

12 Semana - Teste escrito e avaliação oral.

Aos alunos foi fornecida a bibliografia de referência principal para o desenvolvimento do programa que consiste num manual de Direito Empresarial. Complementarmente, no final de cada sessão de contacto foi disponibilizada uma apresentação em PowerPoint com as questões-chave da matéria abordada naquela sessão. Para verificação de conhecimentos foram também disponibilizados na plataforma casos práticos que permitiam aplicar os conhecimentos adquiridos a situações práticas concretas. A avaliação continua, que pressupõe uma assiduidade mínima de 80% e participação em todos os momentos de avaliação, foi estruturada da seguinte forma:

20% - Assiduidade, pontualidade e participação individual.

40% - Casos práticos individuais ou em grupo.

40% - Teste escrito.

Os alunos que optarem pelo exame individual, terão os 100% da nota dependente dessa prova, sendo exigida uma nota mínima de 10 valores.

3. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

A turma, de segundo semestre do primeiro ano, está constituída por vinte estudantes, doze do sexo masculino e oito do sexo feminino. Com excepção de um estudante, todos os demais são estudantes de nacionalidade única portuguesa e são oriundos, maioritariamente, da região da Grande Lisboa. Na primeira sessão de contacto foi realizado um inquérito aos alunos para apurar se tinham tido anteriormente algum contacto com o Direito, quer através de uma unidade curricular de liceu, quer através de alguma experiência pessoal e/ou profissional. Apenas um aluno manifestou ter previamente algum contacto com as matérias jurídicas, sendo que os restantes dezanove confirmaram não ter qualquer conhecimento prévio ou contacto com o Direito assim como também afirmaram ter uma impressão pouco positiva do Direito. Esta visão negativa estava associada à ideia da necessidade de ler muitos livros e de decorar muita matéria ou de se tratar de uma área muito teórica e pouco prática.

A maioria dos alunos escolheram a licenciatura em Tecnologias Digitais e Gestão por terem um gosto especial pela gestão e o mundo das tecnologias e como estratégia para a sua melhor capacitação para o mercado de trabalho.

Este diagnóstico foi essencial para adaptar o modelo pedagógico ao perfil dos estudantes por forma a potenciar o máximo possível a sua curva de aprendizagem em conformidade com o ponto de partida individual de cada estudante.

4. APRENDIZAGEM COOPERATIVA E COLABORATIVA

A aprendizagem cooperativa é um método ou conjunto de métodos que, no domínio do processo de aprendizagem, se caracteriza pela criação de grupos de trabalho ou trabalhos em equipa, no qual o objetivo principal consiste em que os alunos aprendam entre eles. Implica procedimentos de ensino que consistem na organização dos alunos em pequenos grupos, nos quais trabalham conjuntamente de forma coordenada, com a finalidade de aprenderem uns com os outros, com o professor e com o seu entorno para resolver casos, problemas ou aprofundar o seu processo de aprendizagem.

Com esta metodologia, os estudantes devem trabalhar de forma cooperativa para alcançar os objectivos estabelecidos, distribuindo diversas tarefas e papéis aos elementos do grupo. Algumas das vantagens atribuídas a esta metodologia consistem no favorecimento da eficiência na aprendizagem, na melhora do rendimento académico e no desenvolvimento de atitudes e valores positivos. Esta metodologia também contribui para manter um elevado nível de atenção, fomentando a retroalimentação e a participação dos alunos em aula.

As características da aprendizagem cooperativa foram resumidas em cinco pontos de forma amplamente consensual:

- A. Interdependência positiva
- B. Interação cara a cara
- C. Responsabilidade/exigibilidade individual
- D. Habilidades e relações interpessoais
- E. Reflexões/avaliação sobre os resultados e o processo.

A aprendizagem colaborativa é por vezes confundida com a aprendizagem cooperativa, mas diversos autores diferenciam-nas tendo por referência o maior poder do docente na direcção do processo.

Na aprendizagem cooperativa, o docente exerce uma maior autoridade e controlo no desenvolvimento dos trabalhos, limitando a independência dos estudantes, pelo que se entende que esta metodologia é mais adequada para estudantes com um nível baixo de maturidade. Já na aprendizagem colaborativa o estudante assume a sua responsabilidade pelo processo, ainda que o docente possa fornecer o ambiente no qual os estudantes irão criar o seu próprio conhecimento. Na aprendizagem colaborativa o papel do docente é em menor medida, o do tradicional perito na matéria que transmite conhecimentos, e em maior medida o de um facilitador que orienta. Esta modalidade de aprendizagem, devido ao diferente rol do docente, requer alunos com maior preparação, experiência em trabalho em equipa e desenvolvimento intelectual, o que a torna mais apta para o ambiente universitário. No entanto, a adopção de uma modalidade colaborativa ou cooperativa pode adoptar diversas variantes, dificultando a sua distinção, e permitindo que qualquer uma delas possa funcionar perfeitamente em contextos diferentes.

5. METODOLOGIA PEDAGÓGICA ADOPTADA

Tendo em consideração o modelo pedagógico institucional (Iscte, 2022) e dentro da margem conferida pela Ficha da Unidade Curricular, procedeu-se à adequação do modelo pedagógico ao perfil dos alunos, configurando-se a Unidade Curricular da seguinte forma:

A. 20% - ASSIDUIDADE, PONTUALIDADE E PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL

Nesta rúbrica, e no que diz respeito à participação individual, além de ter em consideração a

participação de cada aluno nas diversas semanas de aula, foi anunciada a realização de uma prova oral na última semana de aulas. Nesta prova, os alunos formaram uma fila e o docente perguntava oralmente a cada um dos alunos uma questão sobre a matéria sobre a qual se trabalhou durante o programa da unidade curricular. Se o/a aluno/a não conseguisse responder acertadamente, a pergunta passaria para o colega a seguir, e assim sucessivamente até algum colega acertar a resposta ou verificar que nenhum dos alunos presentes sabia a resposta. O aluno que acertasse a resposta certa passaria ao lugar que ocupava a pessoa a quem lhe foi dirigida essa questão em primeiro lugar. Esta dinâmica permitiu aos alunos, numa lógica de gamificação, participar oralmente na partilha de conhecimento podendo, em função da sua posição na fila, verificar o grau de conhecimentos e de preparação de cada um dos praticantes.

B. 40% - CASOS PRÁTICOS INDIVIDUAIS OU EM GRUPO

Os alunos foram convidados a constituir seis grupos para a realização de dois trabalhos, o primeiro a apresentar na sexta semana, após ter abordado os elementos do programa que permitiriam uma base mínima para a realização da tarefa e o segundo a apresentar na nona semana, com um pendor mais científico e didático e também após a disponibilização de recursos necessários para realizar a atividade.

Os grupos foram informados com três semanas de antecedência das tarefas a realizar e da dinâmica da apresentação e avaliação das mesmas.

A metodologia utilizada para a configuração das tarefas ou casos práticos consistiu num blended de Problem Based Learning, aprendizagem colaborativa, aprendizagem cooperativa e desenvolvimento de *“soft skills”*. Entendem-se por *“soft skills”* as capacidades comunicativas, de trabalho em equipa, adaptabilidade, empatia, proatividade, autocrítica e flexibilidade frente a situações cambiantes.



<https://www.techtarget.com/searchcio/definition/soft-skills>

1º Trabalho - Descrição

A atividade proposta obrigou os discentes a trabalhar em grupo, de forma colaborativa, concebendo um projeto de contrato no interesse da parte que representem em cada um dos casos práticos propostos. Assim, por exemplo, no caso prático 3 um grupo elaborou o projeto de contrato no melhor interesse da Tesla, e o outro grupo um contrato no melhor interesse da empresa portuguesa, contraparte no referido contrato.

O contrato é um conjunto de normas de comportamento, que prevê direitos e obrigações entre as partes e cuja utilidade resulta do facto de conter a vontade declarada das partes envolvidas numa deter-

minada realidade passada, presente ou futura.

Foram disponibilizados aos alunos no moodle diversos recursos para a realização desta atividade, sem prejuízo dos que possam ser identificados pelos discentes, após as suas respetivas pesquisas.

Concretamente, os recursos disponibilizados consistiram nas disposições legais aplicáveis, dois artigos científicos sobre o contrato, três modelos específicos de contrato, um link com uma gravação de 15 minutos do docente através da plataforma Loom for Education intitulado “Pensar e estruturar um contrato” sumariando os principais elementos a ter em conta na elaboração de um contrato, sendo também disponibilizada diversa webgrafia.

A atividade pretende desafiar os discentes a identificar os elementos caracterizadores de uma determinada relação real entre partes opostas, mas que pretendem colaborar, identificando e propondo as soluções que melhor podem tutelar as pretensões da parte que representam. O trabalho deve ser de autoria própria, devendo evitar “copiar” possíveis soluções de outras fontes.

No dia da apresentação dos trabalhos, os dois grupos incumbidos de um mesmo caso dispuseram de 15 minutos para negociar as cláusulas que deveria conter a versão final do contrato.

Esta vertente da tarefa permitiu aos grupos reagir em tempo real à argumentação invocada pela contraparte, envolvendo-se num processo dinâmico em que a prévia preparação, a capacidade de reação e de compreensão do ambiente resultam essenciais para alcançar os melhores resultados. No final do período de negociação, e em função do desempenho de cada um dos grupos, foram disponibilizados inquéritos através do google forms em que os companheiros dos restantes grupos realizaram a avaliação do contrato apresentado por cada grupo e da sua performance durante a negociação dentro de uma escala de 1, insatisfeito, até 5, muito satisfeito, nas seguintes rúbricas:

1. Clareza do contrato elaborado;
2. A sistematização do contrato;
3. A completude do contrato;
4. A capacidade de argumentação do grupo;
5. A capacidade de negociação do grupo.

As avaliações recebidas foram posteriormente divulgadas para todos os grupos e pretenderam envolver os alunos que presenciaram as negociações e analisaram os contratos de outros grupos num exercício crítico e criterioso, adotando decisões relativas à avaliação dos colegas. A avaliação final dos trabalhos foi atribuída pelo docente, em função dos critérios previamente disponibilizados e supra referidos.

Concretamente, os três casos práticos que foram indicados aos alunos como ponto de partida para poder redigir e propor um contrato, foram os seguintes:

- 1. Contratação de técnico Comercial em empresa Tecnológica.** Um grupo representará a empresa tecnológica (Grupo 1) e o outro grupo representará o técnico que pretende ser contratado para desempenhar funções comerciais de promoção de vendas dos produtos da empresa (Grupo 6).
- 2. Contrato para aquisição de equipamento “hardware” e o correspondente “software” para o correto funcionamento daquele equipamento.** Um grupo representará a empresa que pretende adquirir o equipamento (Grupo 3) e o outro grupo representará a empresa que fornece quer o hardware quer o *software* (Grupo 5)
- 3. Contrato de representação em Portugal da Tesla.** A Tesla está interessada em que uma em-

presa portuguesa a represente em Portugal e promova as vendas dos seus veículos. Um grupo representará a Tesla (Grupo 2) e o outro grupo representa a empresa portuguesa (Grupo 4).

2º Trabalho - Descrição

Cada grupo terá de elaborar uma apresentação gravada de 15 minutos que será visualizada em aula e que deve consistir numa aula/explicação clara, sucinta, completa e elucidativa sobre a temática atribuída relativa a um ponto ou tema do programa da Unidade Curricular. Cada grupo pode utilizar os recursos, meios, plataformas ou ferramentas que entender mais adequados para o objetivo pretendido, sendo também avaliada a criatividade da proposta. Os vídeos que serão visualizados em aula perante todos os colegas devem conter partes em língua portuguesa e partes em uma língua estrangeira, como, por exemplo, inglês, francês ou castelhano. Após o visionamento da apresentação, o correspondente grupo proporá e realizará em aula um caso prático/teste/ ou outro elemento de verificação do conhecimento partilhado (5 minutos). O mesmo tema do programa será apresentado por dois grupos, podendo assim, no final das duas apresentações e suas correspondentes avaliações, decidir a turma, através de votação com o braço no ar, qual foi o melhor grupo para cada tema, tendo por base os seguintes critérios:

1. Clareza na exposição do conteúdo;
2. Coerência do conhecimento partilhado;
3. Conteúdo (parco, extenso, acessível);
4. Utilidade do conhecimento partilhado;
5. Adequação do teste ou caso prático.

Os temas atribuídos, a distribuição de grupos e as características dos projectos foram os seguintes:

1. Tema sobre os Direitos e Obrigações dos Sócios.

O Grupo 1 apresentou a sua gravação com um vídeo elaborado com Canva, e sobreposição de PowerPoint com o conteúdo, enquanto os alunos que apresentavam o tema eram gravados em diversos contextos explicando a matéria. Durante a gravação foram realizadas questões em francês com o fornecimento da resposta às questões suscitadas. A apresentação foi muito dinâmica e animada. O caso prático consistiu na distribuição em turma de um contrato de sociedade impresso onde os alunos tinham de identificar diversos erros, nomeadamente 5, em consonância com a temática desenvolvida em aula. Não foram feitas referências às fontes utilizadas para a apresentação do conteúdo.

O Grupo 4 apresentou também a sua gravação com um vídeo elaborado com Canva de uma forma menos dinâmica, gravando apenas a voz dos alunos que apresentavam o tema enquanto se sucediam os diversos diapositivos. Logo no início da apresentação identificaram os objectivos do trabalho e os conhecimentos a adquirir assim como também indicaram a bibliografia ou normas que estiveram na base do seu trabalho. Na fase final da apresentação realizaram uma actividade para verificação de conhecimentos adquiridos usando em parte da sua apresentação a linha espanhola. O caso prático foi apresentado com recurso ao Quizizz, consistindo em perguntas para selecção da resposta certa.

Neste tema, a turma escolheu como melhor projecto o do Grupo 1.

2. Tema sobre o órgão de gestão e o órgão de fiscalização das sociedades comerciais.

O Grupo 6 usou a plataforma Genially para a sua apresentação, não se verificando a participação direta de nenhum dos elementos integrantes do grupo. Durante a apresentação foi pronunciada uma frase em inglês, e o trabalho estava pouco estruturado, algo confuso e incompleto, no entanto, indicaram algumas das fontes consultadas. Para a verificação de conhecimentos foi elaborado um Kahoot.

O Grupo 3 usou a plataforma Canva para apresentar o seu tema com a participação dos elementos integrantes e a interacção com slides de conteúdo temático. O trabalho também não estava muito bem estruturado, e foi contraditório em algumas partes. O som da gravação tinha uma qualidade deficiente. No decorrer da apresentação não foram indicadas quaisquer fontes. Para a verificação de conhecimentos foi elaborado um Kahoot.

Neste tema, a turma escolheu como melhor projecto o do Grupo 3.

3. Responsabilidade dos Gerentes ou Administradores.

O Grupo 2 usou o *software* Animaker na sua apresentação, utilizando desenhos texto relativos aos tópicos abordados acompanhados da narração do conteúdo pelos elementos do grupo. Durante a apresentação foram indicados diversos artigos e links que deram sustento científico ou documental ao conteúdo transmitido ou eram indicados como referência para maiores esclarecimentos. No final da apresentação foi feita uma súmula dos tópicos mais importantes da matéria apresentada, tendo utilizado em partes da apresentação a língua espanhola. A verificação de conhecimentos foi realizada através da criação de um jogo de palavras cruzadas onde os participantes deviam identificar os termos relevantes resultantes da exposição. Foi utilizado o castelhano como língua estrangeira. A apresentação tinha uma boa estruturação de ideias, pese embora um conhecimento mais concentrado, mas simples e acessível.

O Grupo 5 usou a plataforma Canva e o *software* Prezi para a apresentação da sua gravação que consistiu na representação de uma consulta jurídica entre um empresário e os seus conselheiros jurídicos/advogados, onde através de uma troca de perguntas e respostas foram explicadas as diversas responsabilidades a que estão sujeitos os gerentes ou administradores. Os intervenientes do grupo liam, maioritariamente, o guião previamente elaborado. O grupo utilizou o inglês como língua estrangeira. Mas lendo o papel nalguns casos. O caso prático foi apresentado com recurso ao Quizizz, consistindo em perguntas para selecção da resposta certa.

Neste tema, a turma escolheu como melhor projecto o do Grupo 2.

C. 40% - Teste escrito.

O teste escrito esteve composto por cinco questões, designadamente duas questões teóricas e três casos práticos onde se descrevia uma situação quotidiana e os estudantes deviam identificar as questões jurídicas em causa assim como ser capazes de propor soluções para os problemas em causa.

4. Avaliação final do modelo adotado.

Com os dados recolhidos até à data na participação em aula e a resultante dos trabalhos apresentados de forma escrita e oral perante a turma, constatou-se um elevado envolvimento no desenvolvimento da matéria pelos estudantes. Realizado o teste final, último elemento da avaliação contínua, não se verificou nenhuma reprovação na turma e as notas finais estiveram entre os 13 valores, nota mais baixa, e os 16 valores como nota mais elevada. Por motivos pessoais, uma aluna decidiu não participar na avaliação contínua e outra aluna, não conseguiu participar em todos os momentos da avaliação na modalidade de avaliação contínua, pelo que ambas as estudantes realizaram exame final.

Foram identificadas diversas dificuldades em desenvolver as tarefas atribuídas, pela inexistência de um guia ou um tutorial único para a elaboração das mesmas, apesar dos diversos recursos disponibilizados e da permanente disponibilidade do docente para esclarecer dúvidas ou orientar dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos.

Foi realizado um inquérito à turma nas últimas semanas do semestre para aferir quantos alunos teriam utilizado o manual de referência que foi indicado no início do semestre e para o qual foram remetidos os alunos em diversas ocasiões. Dos alunos presentes, apenas uma aluna afirmou ter utilizado o manual de referência tendo mencionado que lhe foi de muita utilidade nas pesquisas do seu grupo para elaboração dos trabalhos. Como contraponto, uma aluna referiu ter pesquisado informação na plataforma Wikipedia, ficando satisfeita com a informação ali encontrada, e uma outra aluna afirmou ter perguntado à ferramenta ChatGp3 como proceder à resolução de um caso prático disponibilizado na plataforma moodle. Por fim, no último dia de aulas, um aluno referiu ter diversas dúvidas relativamente aos casos práticos disponibilizados. Quando inquirido pelo docente relativamente à natureza das dúvidas o aluno confirmou não ter realizado os casos práticos disponibilizados havia um mês e pretender apenas, saber qual seria a resolução dos mesmos.

CONCLUSÕES

Constata-se que os alunos do primeiro ano da licenciatura em Tecnologias Digitais e Gestão estão numa transição para a maturidade e inserem-se dentro de uma especialização formativa onde as áreas jurídicas são pouco estimadas e muito desconhecidas. Neste contexto, a utilização de métodos de aprendizagem colaborativa e cooperativa como o supra descrito, com recurso a PBL, permite um maior contributo para o desenvolvimento da maturidade dos estudantes, confrontando-os com situações pouco confortáveis, em que não existe uma única forma de resolver as questões práticas suscitadas, e onde a proatividade individual e a colaboração com os colegas de grupo é essencial. Com esta modalidade, contribui-se de forma mais eficaz para o desenvolvimento das "*soft skills*" dos estudantes, indo ao encontro das competências que mais se adequam às suas necessidades no futuro mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnaldo Santos, A., & Moreira, L. (2011). A auto-aprendizagem e a aprendizagem colaborativa em contexto de Learning Organization, *Educação, Formação & Tecnologias*, 4 (1), 28-44.
- Kumar, A., Singh, P. N., Shagufta N Ansari, Sanjay Pandey, S.N.A. (2022). Importance of Soft Skills and Its Improving Factors, *World Journal of English Language*, Vol. 12 (3), Special Issue. <https://doi.org/10.5430/wjel.v12n3p220>
- Jacobs, G. M. (2015) Collaborative Learning or Cooperative Learning? The Name Is Not Important; Flexibility Is, Beyond Words, Vol. 3, N.º 1, May 2015.
- Cooper, J. L., Mueck, R. Mckinney, M., & Robinson, P. (1989). Cooperative/Collaborative Learning: Research and Practice (Primarily) at the Collegiate Level, Part. I and II. *Journal of Staff, Program, & Organization Development*, vol 7 (3).
- Añón, J. G. (2012). Cooperative and Collaborative learning for Training Judges and lawyers. *Education and Law Review*, 6.
- Scager, K., Boonstra, H., Peeters, T., Vulperhost, J., & Wiegant, F. (2017), Collaborative Learning in Higher Education: Evoking Positive Interdependence, CBE - Live Sciences Education, Vol 15 (4). <https://doi.org/10.1187/cbe.16-07-0219>
- Andreu-Andrés, M. A. (2016) Cooperative or collaborative learning: Is there a difference in university students' perceptions? *Revista Complutense de Educación*, Vol 27 (3), 1041-1060.
- Iscte (2022). *Modelo pedagógico do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa*. Iscte.
- Lucas, M. C. G. & Teruel, J. D. A. (Coord.) (2011). El trabajo colaborativo como indicador de calidad del espacio Europeo de Educación Superior, Vo. I. Ed. Marfil S.A..
- Lourenço, M. R., & Machado, J. (2017), Aprender Juntos: Projeto de apoio curricular entre pares. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, vol. 17, 124-145.
- Laal, M. & Ghodsi, D. M. Benefits of collaborative learning. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Vol. 31, 486-490.
- Chávez, M. & Molares, E., (2023). Habilidades blandas como alternativa de calidad en la educación superior, *LATAM Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales y Humanidades*, Vol. 4 (1), 2470, <http://dx.doi.org/10.56712/latam.v4i1.431>
- Keramati, M. R. & Gillies, R. M. (2022). Advantages and Challenges of Cooperative Learning in Two Different Cultures. *Educ, Sci. 2022*, 12 (3), <https://doi.org/10.3390/educsci12010003>.